

CONSELHO FISCAL DO IPSERV

ATA DA 487ª (QUADRINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV -EXERCÍCIO 2025

Aos vinte e oito dias do mês de Março do ano de 2025, às 09 (Nove) horas, na sala de reuniões do IPSERV, reuniram-se presencialmente os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba - IPSERV. Fizeram presença à reunião as Conselheiras Luzia Cristina da Silva, Josiani Lança de Azevedo e Conselheiro Carlos César Gonzaga. O objetivo da reunião foi o de esclarecer questionamentos e dúvidas sobre o cotidiano do RPPS como também analisar a prestação de contas do mês de fevereiro de 2025, utilizando como referência os documentos solicitados por este Conselho Fiscal, contidos na Convocação para esta reunião, publicada no Porta Voz número 2653 de 24/03/2025, assim como todos outros que mesmo não solicitados; a equipe gestora e/ou servidores do próprio IPSERV, definirem como necessários para a execução dos trabalhos propostos, colocando-os a disposição deste Conselho. O presidente deste Conselho Fiscal Sr Carlos César, inicia agradecendo a presença de todas as conselheiras à esta reunião. Ao iniciar o procedimento de verificação dos documentos na pasta recebida pelas mãos da Sra. Gisele França Borges que é Analista de Serviços Previdenciários – Secretária Executiva; os conselheiros identificaram a ausência de vários relatórios. Na pasta, documentos que serão usados para análise da prestação de contas do período de fevereiro de 2025, constam apenas Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro/25, Parecer do Comitê de Investimentos fevereiro/25, Síntese da leitura do panorama Econômico, Relatórios de Empenhos. Aguardamos pelo encaminhamento dos documentos que foram solicitados na pauta da Convocação desta reunião, e não nos foram

encaminhados. Vamos então, focar neste momento, somente nas análises dos resultados das aplicações financeiras e relatórios das Contribuições Previdenciárias. Salientando, que identificamos nos documentos referentes a investimentos, ausência da análise da Carteira de Investimentos, Análise de Fundos de Investimentos. Observamos que no futuro próximo, quando o IPSEV colocar os relatórios que ainda não foram direcionados a este Conselho, será necessário convocar reuniões extraordinárias para tratar da análise completa do período que não foi analisado. Quanto ao assunto da "Regularização da transferência do Imóvel "Jockey Club Centro" do município de Uberaba para o IPSEV, atendendo a doação realizada pela Prefeitura Municipal de Uberaba ao IPSEV, e tendo sido motivo de discussão em outras reuniões e já citado em atas anteriores. Ficou decidido que um representante do IPSEV estaria presente nas reuniões deste Conselho, e passaria as informações de todo o tramite ocorrido durante o mês analisado. A informação sobre esse procedimento, recebemos do Sr. Márcio Adriano Oliveira Barros presidente do IPSEV em reunião com este conselho. Porém, não recebemos nenhuma informação por parte de nenhum representante do IPSEV. Iniciamos os temas técnicos com a análise dos repasses. Foram apresentados os relatórios de parcelamentos e contribuições, com as informações discriminadas por entidade, sendo apontadas as pendências de repasses de 2024, bem como dos meses de janeiro e fevereiro de 2025 conforme descrito a seguir: Nos relatórios referentes aos "Parcelamentos" da Prefeitura Municipal, consta, no ano de 2024 a pendência no repasse ao Plano Financeiro no valor R\$ 1.533.766,42 e no Plano Previdenciário R\$ 1.517.222,44. O total das pendências nos parcelamentos no ano e 2024 são R\$3.050.988,86. No exercício de 2025, há dois acordos de parcelamentos vigentes. Para os meses de janeiro e fevereiro os relatórios indicam a pendência de R\$ 775.564,13 no Plano Financeiro e R\$ 778.163,78 no plano Previdenciário, os

relatórios apresentados são datados em 25 de março de 2025. Portanto o valor total de "pendências com parcelamentos" dos anos de 2024 e 2025 análise realizada até os meses de janeiro/25 e fevereiro/25 aqui representados por R\$4.624.716,77. Conforme informação da conselheira Josiani os valores foram atualizados e estão com previsão de quitação no último dia de março de 2025. Relativo ao ano de 2024 nos relatórios de contribuições apresentaram as pendências de repasses no Plano Financeiro, sendo em julho de R\$165.298,90, agosto R\$169.558,55, setembro R\$306.118,15, outubro R\$331.762,69, novembro R\$262.433,48, décimo terceiro R\$501.576,94 e dezembro R\$556.332,02, resultando num somatório de R\$2.293.080,73. A pendência no Plano Previdenciário mediante aos relatórios, é de R\$695.278,05 em julho, R\$2.476.486,01 em agosto, R\$3.244.798,64 em setembro, R\$3.255.324,10 em outubro, R\$2.528.418,03 em novembro, R\$2.685.084,27 referente ao 13º Salário, e em dezembro R\$ 1.392.641,25, resultando num somatório de R\$16.278.030,35. Com relação às contribuições de 2025, no Plano Financeiro está pendente de repasse o mês de janeiro R\$1.125.767,19 e fevereiro R\$5.136.505,71, resultando num somatório de R\$6.262.272,90. Observamos que de julho de 2024 à fevereiro de 2025 as pendências da Prefeitura com o IPSEV em relação ao Plano Financeiro estão na ordem de R\$8.890.055,92. No Plano Previdenciário a pendência de repasse no mês de janeiro é R\$8.062.874,69 e de R\$ 7.963.820,83 em fevereiro, resultando num total acumulado no ano de 2025 somente para o plano previdenciário R\$16.026.695,52. Entre Financeiro e Previdenciário, a Prefeitura tem pendências com o IPSEV em relação somente a Contribuição Previdenciária, até a presente data, na ordem de R\$40.860.079,50 (Quarenta milhões oitocentos e sessenta mil setenta e nove reais e cinquenta centavos). A Codau possui pendências de pagamento no ano de 2024 e em 2025, sendo R\$11.199,92 relativo ao ticket dos meses de outubro e novembro de 2024 e R\$ 192.717,18

ticket e aporte do mês de fevereiro de 2025, ambas do Plano Financeiro. A Fundação Cultural apresenta pendência no Plano Financeiro nos meses de agosto a dezembro e décimo terceiro de 2024 o total de R\$ 37.532,87. No Plano Previdenciário a pendência é de R\$ 215.044,00, nas mesmas competências do Plano Financeiras. Nos relatórios de 2025 há pendência nas competências de janeiro e fevereiro, sendo de R\$21.264,96 e de R\$117.140,50 respectivamente no Plano Financeiro e no Plano Previdenciário. A Prefeitura de Frutal apresentou a pendência de pagamento do décimo terceiro de 2024, relativo ao Plano Previdenciário no total de R\$ 1.121,88. A FUNEL possui pendência de pagamentos somente no Plano Previdenciário nas competências de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024, perfazendo o total de R\$ 41.195,10. A Câmara Municipal, a FETI, e o IPSERV não apresentam pendências de pagamento. Em relação a análise dos investimentos. Observamos que o saldo da taxa de administração, apresentou no período em que a meta foi de 1,73% um retorno de 0,94%. A Carteira de investimentos consolidada, demonstra para o período, a alocação de recursos em relação ao total disponível, em renda fixa 84,71%, que apresentou no acumulado do mês uma rentabilidade de 0,93% o que resultou em R\$7.610.719,22 (Sete milhões, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e vinte e dois centavos); em renda variável composta por estruturado e fundo imobiliário abriga no período 11,37% que apresentou no acumulado do mês uma rentabilidade de (-)2,28% que resultou em uma perda de R\$ -2.578.730,27 (Negativo Dois milhões quinhentos e setenta e oito mil setecentos e trinta reais e vinte e sete centavos). Em investimentos no exterior abriga 3,91% apresentando um resultado negativo de (-) 01011,58% representando essa perda um montante financeiro de R\$ -609.470,62 (Negativo Seiscentos e nove mil quatrocentos e setenta reais e sessenta e dois centavos). A empresa de Consultoria de Valores Mobiliários Crédito e Mercado Engenharia Financeira, contratado pelo

IPSERV, prevê a emissão do Relatório Analítico de Investimentos, que é confeccionado e encaminhado todos os meses. Observamos sete quadros, e que passamos a relatar em seguida. Primeiramente observamos as informações contidas no "Relatório consolidado de investimentos" onde nos demonstra que o saldo final de investimentos do mês de Fevereiro de 2025 foi de R\$972.902.787,30. O segundo relatório é o "Enquadramento e Política de Investimento, com destaque para Renda Fixa, demonstra um total alocado em carteira representado por 84,71% o que representa R\$824.174.416,87. Porém quando aplicamos o percentual alocado na renda fixa sobre o valor total para cálculo dos limites da Resolução o resultado acusa uma diferença de R\$28.465,70 em relação ao publicado no relatório em análise. Quando no relatório o destaque é para Renda Variável e Exterior, a Resolução Pró Gestão Nível II permite até 40% de alocação de recursos em relação ao total disponível. Este RPPS aparece com 11,37% o que representa R\$110.665.512,29. Porém, quando aplicamos o percentual alocado em renda variável sobre o valor total para cálculo dos limites da resolução, o resultado acusa uma diferença de R\$46.465,30 relação ao publicado no relatório em análise. Para os investimentos no exterior a legislação já descrita, permite uma carteira com até 10,0% do total do patrimônio. Observamos que o relatório demonstra que neste tipo de investimento este RPPS tem neste período analisado um valor de R\$38.062.858,14 que em valores percentuais representa 3,91%. Porém quando aplicamos o percentual alocado sobre o valor total para cálculo dos limites da resolução, o resultado acusa uma diferença de R\$22.359,16. Para a modalidade Empréstimo Consignado a Resolução Progestão Nível II permite que a alocação atinja até 10%. Observamos que este RPPS não utiliza esta modalidade de investimento. O Relatório de Enquadramento por Gestores tendo como base Fevereiro/2025, nos mostra os três administradores com maior volume de investimentos. O primeiro é o BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM que abriga

R\$551.891.771,72 representando 56,73%; a CAIXA DTVM com uma carteira de R\$123.424.087,63 representando 12,69% e BTG abrigando R\$105.073.383,10 o que representa 10,80% do total disponível para investimentos. No relatório dos ativos por Administradores base Fevereiro/25 o conglomerado BTG apresenta aportado em sua carteira de investimentos 11,23% do total da carteira de investimentos do IPSERV. Salientamos aqui, que constatamos uma diferença nesse administrador de 0,43% positivo, quando colocados os valores deste relatório com o Relatório do Enquadramento por Gestores. Ao analisarmos o Relatório dos Investimentos após as movimentações financeiras (aplicações e resgates) no mês de fevereiro/2025, identificamos que para Renda Fixa o saldo atual é de R\$824.174.416,87; para os Fundos de Renda Variável o saldo atual apresentado é de R\$110.665.512,29 e para os Fundos no Exterior um atual de R\$38.062.858,14. Com foco na análise dos relatórios produzidos pela empresa Credito e Mercado, pudemos verificar que para o período tivemos um retorno positivo nos investimentos na ordem de R\$7.610.719,22 em Renda Fixa. Já os Fundos de Renda Variável e Fundos no Exterior apresentam os dois, uma perda na ordem de (-) R\$3.188.200,89. Portanto, a carteira de investimentos do IPSERV, neste período, apresenta um saldo final de R\$972.902.787,10 (NOVECIENTOS E SETENTA E DOIS MILHÕES NOVECIENTOS E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS). Segundo o relatório de retorno e metas de rentabilidade acumulada para o ano de 2025, nos informa que a meta para o mês é de 1,73% e foi alcançado um resultado de 0,45%. Já para o período total de 2025 até o presente, o retorno acumulado apresenta um resultado de 1,75% para uma meta de 2,36%. Podemos concluir que, a meta para investimentos no ano até o presente é de 2,36% e o retorno alcançado um resultado de 1,75, tendo como saldo na meta de rendimentos um resultado negativo na ordem de -0,61%. Concluindo temos hoje em renda fixa

R\$824.174.416,87, em renda variável R\$45.212.186,62, em fundos no exterior R\$38.062.858,14, em estruturados R\$63.943.836,94 e em fundo imobiliário R\$1.509.488,73. Na modalidade Empréstimo Consignado o valor investido é zero. A análise do enquadramento da carteira de investimentos por segmento, por subsegmento e por segmento e fundo de investimento obedece aos limites impostos pela Resolução CMN 4963/2021. Portanto pode-se concluir que não existe no período desenquadramento. Baseado na documentação dos investimentos entregues para a prestação de contas do Mês de Fevereiro de 2025, este Conselho, aprova por unanimidade, o parecer mensal do Comitê de Investimentos, elaborado pelo Gestor de Recursos e aprovado pelo Comitê de Investimentos. Esgotados todos os assuntos para serem tratados no momento, Carlos César pergunta aos presentes se ainda desejam citar algum tema para discussão. Tendo a negativa dos presentes como resposta, o presidente do Conselho Fiscal agradece a participação de todos e declara encerrada a reunião. Solidariamente os componentes do Conselho Fiscal, lavram e assinam a presente.

Uberaba, 28 de Março de 2025

CONSELHEIROS FISCAIS

Carlos César Gonzaga
Presidente do Conselho

Luzia Cristina da Silva
Vice Presidente

Josiani Lança de Azevedo
Conselheira Secretária